

**Cadernos
de Comunicación
e Xénero**

COMUNICACIÓN E XÉNERO

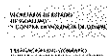
**Margarita Ledo Andión
Marta Pérez Pereiro
Silvia Roca Baamonde
M^a Soliña Barreiro González
[coords.]**

Vía láctea
editorial



**grupo de
estudios
audiovisuais**

Esta obra é froito do traballo realizado nas edicións cuarta, quinta e sexta do «CO(M)XÉNERO. Seminario Permanente de Comunicación e Xénero» organizado polo Grupo de Estudos Audiovisuais da Universidade de Santiago de Compostela, co financiamento da Xunta de Galicia a través das axudas para a consolidación e estruturación de unidades de investigación competitivas e do Pacto de Estado contra a Violencia de Xénero (Ministerio de Igualdade - Secretaría de Estado de Igualdade e contra a Violencia de Xénero).



O CO(M)XÉNERO foi distinguido como experiencia innovadora na docencia nos X Premios á Introdución da Perspectiva de Xénero outorgados pola Oficina de Igualdade de Xénero da USC. Ao longo das súas edicións teceu colaboracións con diversos programas, agrupacións e iniciativas como o Territorio das Mulleres, o Colexio Profesional de Xornalistas a Asociación Xornalistas Galegas e a Mostra Internacional de Cinema Etnográfico (MICE).

O Grupo de Estudos Audiovisuais é un grupo de investigación adscrito ao Departamento de Ciencias da Comunicación da USC recoñecido dende 2017 pola Xunta de Galicia como Grupo de Investigación de Referencia Competitiva no Sistema Universitario Galego.

Coordinadoras do volume: Margarita Ledo Andión, Marta Pérez Pereiro, Silvia Roca Baamonde e María Soliña Barreiro González.

© Dos textos: as autoras, 2022

© Da edición:

GRUPO DE ESTUDOS AUDIOVISUAIS (G.I.1786-USC)

Avenida de Castelao, s/n. 15782 Santiago de Compostela

www.estudiosaudiovisuais.gal

VÍA LÁCTEA, S.L.

Calle Simón Bolívar nº 9, baixo izq. 15011 A Coruña. Telf.: 981 639 191

Deseño da cuberta: Laboratorio Numax

Impresión: Lugami Artes Gráficas, S.L.

Edición técnica: Olaia Tubío e Silvia Roca

ISBN: 978-84-122939-2-0

Depósito Legal: C 725-2023

O papel empregado neste exemplar é reciclábel, libre de cloro e obtido dunha xestión forestal sostíbel dende o punto de vista do medio ambiente.

Índice

- 7 **Proemio**
Margarita Ledo Andión
- 15 **Outras historias. Ativismos mnemónicos, género e interseccionalidades**
Rosa Cabecinhas
- 37 **Unha aproximación á representación das mulleres no cinema das orixes: da explotación á acción política**
María Soliña Barreiro González
- 69 **Quen eran en realidade as bruxas? Unha aproximación dende a antropoloxía feminista (I)**
Guadalupe Jiménez-Esquinas
- 85 **Quen eran en realidade as bruxas? Unha aproximación dende a antropoloxía feminista (II)**
Rosalia Quiroga Trasorras
- 93 **Diáspora**
Brigitte Vasallo
- 97 **Xornalismo anti(cis)(hetero)patriarcal/feminista en construción**
Xavier Giró
- 109 **Anexo gráfico**

Rosa Cabecinhas

Profesora do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, doutorouse en Ciencias da Comunicación (Psicosocioloxía da Comunicación). Ensina nas áreas de Psicoloxía Social, Comunicación Intercultural e Métodos de Investigación.

Foi coordinadora e investigadora principal de diversos proxectos financiados pola Fundação para a Ciência e a Tecnologia e pola Comisión Europea. Foi vicepresidenta da rede COST – Social psychological dynamics of historical representations in the enlarged European Union (2012-2016). É investigadora principal do proxecto «Migrations, media and activism in Portuguese language: decolonising mediascapes and imagining alternative futures» (PTDC/COM-CSS/3121/2021) e dedicase principalmente ás seguintes áreas de investigación: diversidade e comunicación intercultural, memoria social, representacións sociais, identidades sociais, estereotipos e discriminación social.

Entre as súas publicacións destacan os libros *Preto e Branco: A naturalização da discriminação racial* (2017, 2ª edición), *Comunicação Intercultural: Perspectivas, Dilemas e Desafios* (con Luís Cunha, 2017, 2ª edición), *De outro género: Propostas para a promoção de um jornalismo mais inclusivo* (con Carla Cerqueira, Sara I. Magalhães, Anabela Santos e Conceição Nogueira, 2014) e *Abrir os gomos do tempo: Conversas sobre cinema em Moçambique* (con Ana Cristina Pereira, 2022).

Participou na fundación da Sopcom (Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação) e é socia de diversas asociacións portuguesas e internacionais nas áreas da psicoloxía, socioloxía, estudos culturais e ciencias da educación. Formou parte do equipo que fundou o Seminário Permanente de Comunicação e Diversidade, que coordina dende a súa fundación, e participou na creación do Grupo de Trabalho em Comunicação Intercultural da Sopcom, tendo exercido as funcións de coordinadora-adxunta.

Outras histórias. Ativismos mnemónicos, género e interseccionalidades

Rosa Cabecinhas

CENTRO DE ESTUDOS DE COMUNICAÇÃO E SOCIEDADE, UNIVERSIDADE DO MINHO

É fundamental resistir à representação da história como obra de indivíduos heroicos, para que as pessoas reconheçam a sua capacidade de agir como parte de uma crescente comunidade de resistentes. [...]

Não podemos verdadeiramente contar as histórias que consideramos nossas sem conhecer as outras. E muitas vezes descobrimos que essas histórias outras são, na realidade, as nossas.

Angela Davis (2020)

Esfera pública, assimetrias de poder e activismos

É comum afirmar-se que a imprensa constitui o primeiro rascunho da história. As dinâmicas da esfera pública influenciam e são influenciadas pela memória histórica, num processo em que o velho se mistura com o novo, transformando-se reciprocamente. Nos últimos anos, diversos movimentos sociais de luta contra o sexismo, o racismo e outras formas de discriminação ganharam uma visibilidade sem precedentes na esfera pública, contribuindo para fomentar o debate sobre os «perigos de uma história única» (Adichie, 2009).

Apesar do princípio da igualdade de direitos entre os seres humanos estar consagrado nas sociedades formalmente democráticas, persistem significativas desigualdades em função de critérios de género, cor da pele, classe social, orientação sexual, grupo étnico-linguístico, origem geográfica, etc. Recentes acontecimentos, um pouco por todo o mundo, mostram-nos que os direitos que considerávamos conquistados e indiscutíveis podem ser revogados a qualquer momento. Mostram-nos que direitos alcançados através de tão longas e persistentes lutas não estão garantidos e, parafraseando as palavras de Angela Davis (2020), não podemos esquecer que a liberdade é uma luta constante.

Apesar dos sucessos alcançados em vários domínios, nos nossos dias em muitos países persistem ainda barreiras formais à igualdade de género, e em outros países, onde significativas barreiras formais foram abolidas, permanecem «barreiras informais, invisíveis», que se traduzem em fenómenos conhecidos como os «tetos de vidro», «labirinto» ou «muros de vidro» e os «penhascos de vidro» (Cerqueira et al., 2021, p. 9)¹. Como salientam as autoras, tais barreiras informais são patentes em diversas esferas e complexificam-se à medida que as questões de género são cruzadas com outros marcadores sociais, nomeadamente a cor da pele, a classe social, a origem geográfica, a língua materna, etc., daí a importância de uma abordagem interseccional (Crenshaw, 1991).

A abordagem interseccional visa ampliar a compreensão sobre a complexidade inerente às diversas desigualdades sociais, tendo em conta que cada pessoa pertence simultaneamente a diversos grupos, marcados por diferenças de poder, prestígio ou estatuto social. Compreender os modos como os múltiplos marcadores sociais se articulam e como contribuem para colocar as pessoas em situações de maior privilégio ou opressão, num dado contexto social,

¹ A metáfora do teto de vidro chama a atenção para as barreiras invisíveis em que esbaram as mulheres quando tentam alcançar o topo em funções de liderança. Já a metáfora do labirinto sugere que embora não seja impossível, o avanço das mulheres requer muito mais esforço, persistência e resiliência (Carli e Eagly, 2016). Por seu turno, a metáfora do penhasco de vidro pretende ilustrar as pressões adicionais que enfrentam as mulheres no exercício de funções de liderança de topo (Kulic et al., 2018).

é essencial para poder desenhar e implementar políticas públicas que não se limitem a mitigar a discriminação social numa dada dimensão. Em diversos países, têm sido implementadas políticas de ação afirmativa que têm contribuído para «mudanças institucionais e sociais importantes no sentido de esbater as desigualdades historicamente existentes, garantindo o acesso a oportunidades que antes eram vedadas a determinados grupos e sujeitos sociais» (Cerqueira et al., 2021, p. 13), contudo, tais medidas —«nomeadamente as chamadas políticas de «discriminação positiva»—«continuam a ser, muitas vezes, incompreendidas e a gerar polémica no espaço público» (Cerqueira et al., 2021, p. 13). Persistem desigualdades sociais que se expressam nas várias dimensões da vida íntima, social e política, e que colocam determinadas pessoas em situações de extrema invisibilidade, contribuindo para processos de desumanização.

No que toca aos estudos sobre esfera pública e cognição histórica, são muito escassos os estudos que incluem uma abordagem interseccional. Nos últimos anos, movimentos sociais como o #BlacksLivesMatter, #MeToo, #NiUnaMas, entre outros, têm fomentado uma reflexão crítica sobre racismos, sexismos e outros *ismos* que continuam a moldar o nosso quotidiano. Por exemplo, o #SoyPicoRojo ou o #EzpainGorrienIraultza, configurando aquilo que foi denominado como *Revolução dos Lábios Vermelhos* (*Red Lips Revolution*, ver Larrondo Ureta e Orbegozo Terradillos, 2021), deu-nos oportunidade de recordar um pouco de algumas quase-esquecidas histórias de luta feminista.

As lutas contra as desigualdades de género e outras, têm extravasado fronteiras e dado ímpeto a diversas formas de ativismo mnemónico nas várias instâncias do espaço público, nas redes digitais, nas ruas, na academia, nas associações, etc. Tais ativismos mnemónicos visam contribuir para desocultar histórias e resgatar memórias durante muito tempo silenciadas, apelando ao «dever de memória» (Levi, 2011), isto é, à «responsabilidade ética de nunca esquecer» determinados acontecimentos históricos (Sousa et al., 2022, p. 11). Indo além da simples denúncia, os ativismos mnemónicos traduzem novos conhecimentos (através da escrita, do desenho, da música, da dança, do teatro, do cinema e de outras formas de expressão). No entanto, a desocultação de histórias

rasuradas e o processo de comunicação entre diferentes grupos e culturas não é fácil, constituindo uma «travessia» (Martins, 2015), não isenta de riscos, mas necessária.

No tempo apressado da *fast science*, do *fast journalism*, e da comunicação instantânea, aparentemente sem fronteiras, proporcionada pelos meios de comunicação digitais, algumas «memórias itinerantes» (Erlil, 2011) dão-nos asas, contribuindo para processos de libertação pessoal e coletiva, enquanto outras dificultam a nossa caminhada, como correntes invisíveis que nos prendem a um passado que persiste no presente. A circulação assimétrica de histórias e memórias, as dificuldades inerentes à tradução linguística e cultural, constituem desafios significativos para o ativismo mnemónico, que não podemos descurar.

Memória social, amnésias societais e ativismos mnemónicos

A memória social é dinâmica (em constante transformação), complexa e multifacetada —simultaneamente material e imaterial, viva e virtual, intencional e involuntária, consciente e inconsciente, visível e invisível. É visível nas suas manifestações, sejam a lembrança ou o esquecimento (que por vezes se traduz numa «espiral de silêncio» ou num verdadeiro «apagão»), e invisível nas suas estruturas (sejam as estruturas de poder, a macroeconomia ou os algoritmos informáticos).

Como salientou Erlil (2011, p. 7), as lembranças são «pequenas ilhas num mar de esquecimento» uma vez que o «esquecimento é a regra e a lembrança a exceção», quer estejamos a falar da vida de uma pessoa, de um grupo social, ou de uma nação. Quando falamos da esfera pública, o «esquecimento» não é aleatório nem inócuo, pois resulta de processos de seleção e filtragem, conscientes ou inconscientes, que reduzem substancialmente o espectro das recordações possíveis numa dada sociedade. Se tal é verdade em contextos democráticos, estas questões colocam-se ainda de forma mais dramática quando a liberdade de expressão está ameaçada e a democracia em risco.

A memória histórica é socialmente construída, sendo simultaneamente uma causa e um efeito das dinâmicas sociais, contribuindo e sendo moldada pelas assimetrias de distribuição de recursos materiais e simbólicos. Não é possível compreender as dinâmicas da memória histórica no quadro dos usuais dualismos que têm caracterizado os estudos da memória humana, alguns dos quais também têm caracterizado os estudos da esfera pública e os estudos de género, embora raramente estas diversas áreas sejam articuladas.

Assmann (2008) estabeleceu a distinção entre «memória cultural» e «memória comunicativa». De acordo com o autor, a memória cultural é institucionalizada e objetivada, sendo preservada através de um conjunto de símbolos estáveis (celebrações, objetos, filmes, música, dança, etc.), transmitidos de geração em geração, e que podem ser transferidos de um lugar para outro. Por seu turno, a memória comunicativa não é apoiada por quaisquer instituições ou aparelhos do estado, não é celebrada coletivamente em ocasiões especiais nem cultivada por especialistas, «vive na interação quotidiana e na comunicação e, por isso mesmo, tem apenas uma profundidade e tempo limitado que normalmente atinge não mais do que 80 anos, o período de tempo de três gerações a interagirem» (Assmann, 2008, p. 111). Nesta aceção, portanto, a memória comunicativa diz respeito a acontecimentos do passado recente, que uma dada pessoa partilha com as suas conterrâneas, através da comunicação interpessoal quotidiana, correspondendo a uma «memória viva». Para lá do horizonte temporal de três gerações já não haveria memória comunicativa, mas sim memória cultural, sendo o passado convertido em símbolos, representado em mitos de origem —transmitidos de forma oral, escrita ou performativa, em festas e comemorações, em museus, escolas, e nos meios de comunicação social. Assmann (2008) acrescenta que a memória comunicativa é informal enquanto a memória cultural é formalizada, sendo configurada por «operadores especializados» da memória, nomeadamente líderes religiosos, professores, investigadores, artistas, etc. A estrutura de participação da memória cultural seria caracterizada por uma tendência ao elitismo, já que implicaria o domínio de registos linguísticos e «conhecimento diferenciado» (Assmann,

2008). Ora, os ativismos mnemónicos visam precisamente dar a conhecer outras histórias, de modo a através da «memória comunicativa» transformar a «memória cultural», almejando que se torne mais plural e inclusiva.

A distinção entre «memória comunicativa» e «memória cultural» não deve ser considerada em termos meramente dualistas, uma vez que não há cultura sem comunicação, nem comunicação sem cultura (Carey, 1988). Comunicação é interação e sem interação não há memória, nesse sentido a «memória cultural» também é comunicativa e a «memória comunicativa» também é cultural.

Sendo difícil evitar dualismos, é desafiante pensar nas articulações entre a memória pública —veiculada pelos instrumentos do estado, escola, meios de comunicação social, etc.— e a memória íntima, inconfessada, que carregamos na nossa concha (muitas vezes, sem nos apercebemos do «peso» de memórias inconscientes). Os ativismos mnemónicos interpelam-nos a pensar nas histórias que estruturam a memória pública, nos usos da memória e as suas interligações com as relações de poder entre grupos numa dada sociedade, e as suas implicações na vida social e vida íntima de cada pessoa.

Na esfera pública é comum falar-se em «choque de culturas», «polarização», «vitimização competitiva» e lutas «incompatíveis». O trabalho de ativismo mnemónico pode traduzir-se precisamente em tentar desmontar dualismos e polarizações, de modo a ativar uma memória pública «multidirecional», que articule passados numa perspectiva «não competitiva», ou seja, que não considere as diferentes memórias num dado espaço público a partir de uma lógica concorrencial entre grupos (Rothberg, 2009). No entanto, é importante não esquecer que as dinâmicas entre a lembrança e o esquecimento são fruto de uma relação dialética com uma ordem social e política vigente. Como salienta Cardina (2016, p. 33), «todos os Estados, nações e comunidades possuem 'políticas de memória', ou seja, mecanismos através dos quais se selecionam marcos históricos e se constituem narrativas, instituições e valorações que as dotam de conteúdo e sentido». Ao seja, as «políticas da memória» são indissociáveis das «políticas de silêncio» (Winter, 2010). Desocultar histórias longamente silenciadas e interrogar os «regimes de memória» em que vivemos afigura-se como uma tarefa desafiante.

A complexidade de toda a problemática ganhou novos contornos com as dinâmicas comunicacionais potenciadas pelas redes sociais digitais (Cabecinhas et al., 2018). Por um lado, as redes sociais digitais contribuíram para que os saberes academicamente produzidos e legitimados se tornassem mais acessíveis do que nunca ao público em geral, mas por outro são arenas onde é comum tais saberes serem incompreendidos, contrariados ou deturpados. Na opinião de Ramada Curto (2021), «só o exercício da história analítica, fundada em problemas, nos pode libertar do peso das memórias parciais, construídas com base em antagonismos banalizados, em que nos querem à força encerrar». Se por um lado, tal entendimento, assinala os riscos de excessiva polarização do espaço público, por outro lado, reifica uma dicotomia abissal entre conhecimento científico e outros saberes. Como assinalam Sousa, Khan e Pereira (2022, p. 14), «no limite, esta visão redundante num paternalismo elitista, como se apenas o historiador fosse qualificado para intervir sobre estas questões na esfera pública». A produção de conhecimento a partir da articulação de diferentes saberes (Cabecinhas e Barros, 2022), numa lógica não competitiva, é essencial para a construção de sociedades mais justas.

A este propósito, Klein (2013) desenvolveu uma teorização sobre a forma como as pessoas comuns, sem formação especializada em história, se comportam no seu quotidiano enquanto historiadoras leigas (*lay historian*). A partir da distinção estabelecida por Ricoeur (2000), entre três etapas envolvidas na pesquisa histórica —a documental, a explicativa e a representacional— Klein (2013), discute três fases no modo como as pessoas, enquanto historiadoras leigas, constroem representações da história, dão sentido à história e como a mobilizam no quotidiano. O autor coloca um foco especial na articulação entre os processos de construção de «arquivos» (mentais e outros), os processos de atribuição causal ou explicação da realidade, e os processos psicossociais de comunicação. Como salienta, «o modo como as pessoas percebem e atribuem sentido ao passado é uma questão crucial que transcende a curiosidade académica. As pessoas usam a sua compreensão do passado para avaliar o presente e agir sobre ele» (Klein, 2013, p. 26).

Nos últimos anos têm sido realizados vários estudos sobre cognição histórica (Hegarty e Klein, 2017), isto é, o modo como as pessoas leigas constroem as suas visões da história e como fazem previsões para o futuro, ou seja, como pensam, sentem e agem face à história. Seguidamente, iremos visitar resumidamente alguns estudos nesse âmbito, nomeadamente estudos sobre as representações sociais da história realizados em diversas regiões do mundo.

Representações sociais da história mundial, nacional e supranacional

Nas últimas duas décadas têm sido realizados diversos estudos sobre as representações sociais da história mundial, utilizando metodologias semelhantes em diversos países, de modo a permitir análises comparativas (e.g., Cabecinhas e Brasil, 2019; Liu et al., 2009; Pennebaker et al., 2006).

Um conjunto de tendências sistemáticas têm sido observadas nos estudos realizados sobre as representações sociais da história mundial: a) *centralidade da guerra e do conflito* —tendência para considerar eventos relativos a guerras, terrorismo, conflitos e revoluções entre os mais importantes da história mundial, em detrimento de outros tipos de eventos (por exemplo, os referentes a assuntos socioeconómicos ou ambientais) (e.g., Cabecinhas et al., 2011; Liu et al., 2005); b) *efeito de recência* —tendência para recordar os acontecimentos mais recentes (com destaque para os que envolvem as últimas três ou quatro gerações), em detrimento dos mais remotos (e.g., Liu et al., 2009); c) *sociocentrismo* —tendência para considerar os acontecimentos que ocorreram no seu próprio país, ou que envolveram diretamente o seu país, entre os mais importantes para a história mundial (e.g. Pennebaker et al., 2006; Zaromb et al., 2018); d) *eurocentrismo* —tendência para considerar como mais importantes os acontecimentos que ocorreram na Europa ou nos Estados Unidos da América (EUA), reproduzindo as atuais relações de poder na ordem mundial (e.g., Liu et al., 2005, 2009); e) *efeito nostálgico* — tendência para considerar os eventos mais remotos como

mais positivos do que os acontecimentos mais recentes (e.g., Páez et al., 2016); f) *efeito de polarização* —tendência para recordar eventos ora muito negativos ora muito positivos, tendendo a esquecer os acontecimentos cuja tonalidade emocional é mais ambígua (e.g. Cabecinhas, 2019), e também tendendo a esquecer a multidimensionalidade dos acontecimentos históricos.

Estes enviesamentos sistemáticos têm sido observados em estudos nos quais os participantes foram solicitados a evocar espontaneamente os acontecimentos e as personalidades mais importantes na história mundial, sem o recurso a qualquer listagem prévia de modo a não condicionar as respostas (para uma revisão, ver Hilton e Liu, 2017). No entanto, estes estudos demonstraram também um outro tipo de tendência sistemática que não tem sido objeto de atenção nos estudos sobre cognição histórica —o *androcentrismo*— uma vez que quase todas as personalidades espontaneamente evocadas pelos participantes são homens, sendo muito escassas as referências a mulheres, apesar de as amostras serem constituídas maioritariamente por mulheres.

De um modo geral, nos diversos países em que foram realizados estudos recorrendo ao método da nomeação espontânea junto de estudantes universitários, observamos um padrão de resultados idêntico no que toca ao tipo de personalidades evocadas pelos participantes, com pequenas variações regionais. As personalidades consideradas mais importantes na história mundial foram na sua esmagadora maioria homens, ocidentais, brancos, cristãos, que se destacaram em funções de liderança política, militar ou religiosa.

Os dados recolhidos junto de largos milhares de jovens, em estudos realizados nas últimas duas décadas, em diversos contextos geográficos e culturais, permitem constatar que os participantes tendem a focalizar-se em *heróis* e em *vilões*, sendo que a personalidade mais evocada foi também a personalidade à qual globalmente foi atribuída uma valência mais negativa: Adolf Hitler (para revisões, ver Hilton e Liu, 2017, Liu, 2022).

No que toca aos estudos realizados em países de língua oficial portuguesa (para uma revisão, ver Cabecinhas, 2018), os dados evidenciaram também o silenciamento do papel das mulheres quer nas evocações referentes à história mundial quer nas evocações

referentes à história nacional dos respetivos países onde os dados foram recolhidos.

De um modo geral, as escassas mulheres evocadas espontaneamente pelos jovens como sendo importantes para a história mundial destacaram-se em ações humanitárias e em funções de expressividade (por exemplo, Madre Teresa de Calcutá, Princesa Diana de Gales) e foram avaliadas muito positivamente. Já no caso das escassas líderes políticas que foram nomeadas, o impacto que lhes é atribuído parece depender mais de relações de parentesco (esposas ou filhas de líderes políticos) do que das suas próprias ações (para uma discussão, ver Cabecinhas, 2018). De um modo geral, as mulheres que exerceram uma liderança política foram esquecidas (por exemplo, em Portugal, Maria de Lourdes Pintasilgo, que foi Primeira Ministra, recebeu menos nomeações espontâneas do que a Rainha Santa Isabel, associada a funções de caridade, apesar de esta última ser mais distante temporalmente) ou foram consideradas «duras» (por exemplo, Manuela Ferreira Leite), obtendo avaliações menos positivas por parte dos participantes. As exceções a este padrão são mulheres que morreram muito jovens (por exemplo, Titina Silá na Guiné-Bissau ou Josina Machel em Moçambique) e que se tornaram num ícone da luta de libertação nos respetivos países.

Assim, como salientámos em trabalho anterior (Cabecinhas, 2018), as mulheres aparecem simultaneamente como «excepcionais» e «excluídas» da história, na qual os homens surgem como se fossem os únicos agentes. São *excepcionais* as que lutaram pelo seu país «como se fossem homens», nomeadamente pela conquista da independência, e/ou se disfarçaram de homens (por exemplo, Maria Quitéria no Brasil). As poucas mulheres evocadas espontaneamente como importantes para a história nacional foram sobretudo aquelas que se distinguiram em domínios tradicionalmente associados ao «eterno feminino», seja pela beleza física ou bondade, o que poderá estar relacionado com o padrão dominante de cobertura mediática em termos de *soft e hard news* (e.g. Bach-Arús et al., 2000), ou aquelas que são percecionadas como a expressão da «alma da nação» (por exemplo, Amália em Portugal, ou Cesária Évora em Cabo Verde). Tal padrão de resultados demonstra que,

de um modo geral, as mulheres continuam *excluídas* da «Grande História», sendo recordadas pela sua «expressividade», caridade ou bondade enquanto os homens são sobretudo evocados pela sua liderança e «competência» militar, política ou científica.

De referir que embora os diversos estudos realizados com jovens universitários, em diversos contextos geográficos e culturais (em África, nas Américas, Ásia, Europa e Oceânia) se tenha observado um apagamento quase total das mulheres na história, tal aspeto tem sido considerado como um «não assunto» (Lobo e Cabecinhas, 2010), como um simples «espelho» da «natural» falta de agência histórica das mulheres ou como um problema que rapidamente será ultrapassado devido à crescente participação das mulheres na esfera pública, na vida política e na ciência.

É importante referir que no caso da evocação das personalidades da história mundial se verificou uma focalização no passado muito recente, com incidência nos acontecimentos dos últimos cem anos e muito em particular, os acontecimentos ligados à agenda mediática no momento da recolha de dados. Ou seja, o argumento de que as mulheres foram esquecidas porque «antigamente» não desempenhavam funções de liderança não pode ser tomado como única explicação para o padrão de resultados obtido nos diversos países.

Como salientámos em trabalho anterior (Cabecinhas, 2018), a escassa teorização sobre o apagamento das mulheres nas representações sociais da história —seja a história mundial, nacional ou supranacional— sinaliza a persistência da forte assimetria simbólica (Amâncio, 2017) que continua a relegar as mulheres para a esfera privada em detrimento da esfera pública (e.g., Lobo et al., 2017; Santos et al., 2022).

Um outro enviesamento que não tem merecido atenção no quadro dos estudos sobre as representações sociais da história é o *solipsismo*. Nos estudos em que se deu oportunidade para os participantes nomearem espontaneamente as «pessoas ou grupos» que na sua opinião tiveram mais impacto na história, os participantes tenderam a recordar ora *heróis* ora *vilões*, numa perspetiva de agência individual em detrimento da agência coletiva. De facto, a maioria das inovações na ciência e na tecnologia e assim como as conquistas dos direitos humanos são lembradas como se tivessem

sido alcançadas graças à ação de uma pessoa e não por um grupo ou um movimento social.

Ao comparar os resultados dos vários estudos empíricos sobre representações sociais da história recorrendo à metodologia da nomeação espontânea, realizados desde o início do século XXI em vários países, é curioso constatar que a luta pelos «direitos humanos» seja lembrada como uma conquista masculina, personalizada em pessoas concretas com nome, voz e rosto, enquanto a luta pelo sufrágio universal é percebida como estando restrita aos «direitos das mulheres», sendo lembrada como um coletivo sem rosto. Tal padrão de resultados parece indicar que os «direitos das mulheres» não são pensados como «direitos humanos» na sua plenitude.

Os enviesamentos atrás referidos foram observados num conjunto de estudos sobre representações sociais da história mundial realizados junto de estudantes universitários em diversos países, nos vários continentes (e.g. Cabecinhas et al., 2011; Liu et al., 2005, 2009). Foram também observados em vários estudos sobre as representações da história nacional (e.g. Cabecinhas et al., 2006; Mendes et al., 2010) e em estudos sobre história supranacional, nomeadamente sobre a história de África (Cupata, 2022) e a história da América Latina (Brasil e Cabecinhas, 2017).

Nestes estudos participaram apenas estudantes universitários, cujos dados não podem ser extrapolados para a população em geral, mas alguns estudos em que recorremos a outras metodologias e auscultamos pessoas de diferentes faixas etárias e diferentes percursos de vida (e.g. Abadia et al., 2018; Cabecinhas et al., 2018) permitem complementar esta análise.

Recentemente, foram realizados diversos estudos recorrendo a grupos focais em escolas secundárias em Portugal, nos quais os jovens foram convidados a discutir em pequenos grupos as representações sociais da história e os seus impactos no quotidiano. Foram desenhados três guiões distintos para o desenvolvimento das discussões em grupo, correspondendo a diferentes condições experimentais. Numa das condições, depois de um exercício de evocação espontânea sobre a história do seu país, os estudantes eram confrontados com os resultados de estudos anteriores, realizados através de

inquéritos por questionário sobre as representações sociais da história. Os estudantes eram primeiro confrontados com as fotografias das dez personalidades mais evocadas (*top 10*) pelos jovens em estudo anterior realizado no seu país, e seguidamente procedia-se à discussão. Depois, eram confrontados com as fotografias das dez personalidades mais evocadas pelos jovens em estudo anterior realizado em outro país, seguindo-se nova discussão.

Ao visionar as fotografias das personalidades evocadas nos estudos anteriores, na maior parte dos casos os estudantes não notaram espontaneamente a (quase) ausência de mulheres. Em outros casos, esse apagamento foi notado, mas foi considerado pelos estudantes como «natural» ou como espelhando simplesmente uma desigualdade histórica que, entretanto, já teria sido ultrapassada, com a maior participação das mulheres na esfera pública, nomeadamente em funções de liderança. Na opinião dos estudantes, trata-se de uma «não questão», pois essas desigualdades já fazem parte do «passado» ou serão rapidamente ultrapassadas. Os estudantes que participaram nos diversos grupos focais realizados em escolas do ensino secundário em Portugal, tenderam a ser unânimes ao considerar que as pessoas jovens não são tão «preconceituosas» como as pessoas mais velhas, rejeitando o machismo, a homofobia, o racismo e outras formas de discriminação, fazendo assim uma clivagem entre a sua geração e as gerações anteriores (para uma discussão, ver Macedo et al., 2021).

Escutar, debater e fazer outras histórias

Os estudos empíricos sobre representações sociais da história que aqui revisitamos foram realizados ao longo de cerca de duas décadas em diferentes países e regiões do mundo. Em alguns dos países, foi possível realizar mais do que uma fase de recolha de dados, recorrendo a diferentes metodologias. Globalmente, tanto os homens como as mulheres projetaram nas suas respostas a internalização de uma ordem social dominante, androcêntrica, evidenciando a persistência da dominação simbólica masculina (Amâncio, 2017; Faniko et al., 2017).

Quando comparados com os estudos anteriores, os estudos realizados mais recentemente (e.g. Cupata, 2022) apresentam níveis idênticos de apagamento do papel das mulheres na história, o que evidencia o muito que ainda há a fazer para combater uma memória pública masculinizada.

As memórias históricas dos jovens tendem a estar alinhadas com a narrativa histórica dominante na esfera pública dos respetivos países, o que por vezes colide com as memórias familiares (e.g., Feijó e Cabecinhas, 2009), com versões da história apresentadas em blogues e outros meios de comunicação (e.g., Cabecinhas et al., 2018), nos filmes e documentários (e.g., Macedo et al., 2013; Pereira et al., 2019) ou com a memória pública dominante no país para o qual se emigrou, por exemplo (e.g., Abadia et al., 2018). De facto, vários estudos recentes têm demonstrado os efeitos persistentes do patriarcado e do processo colonial na formação das mentalidades, nos estereótipos sociais e nas atuais relações intergrupais (e.g. Macedo et al., 2021; Bobowik et al., 2018).

Não podemos compreender as dinâmicas do presente sem ter em conta o passado e sem auscultar o que significa esse passado para as diversas pessoas e grupos. Escutar as diversas «vozes» e dar a conhecer os diferentes olhares sobre o passado constitui sem dúvida um grande desafio, desafio esse essencial para intervir no presente e imaginar futuros mais justos e inclusivos.

As representações sociais da história constituem um ingrediente crítico para a compreensão das relações interpessoais, internacionais e interculturais no presente assim como para a construção de identidades sociais e sua mobilização, quer para a manutenção do status quo quer para questionar e tornar saliente a ilegitimidade desse status, e criar alternativas possíveis.

Apesar da igualdade, a liberdade e a diversidade constituírem valores declarados na maior parte das sociedades, de serem formalizados por diversas convenções e instrumentos legislativos, e de serem promovidos e reivindicados por diversas organizações e coletivos aos mais diversos níveis, as desigualdades sociais persistem e até têm sido agravadas, sobretudo desde a pandemia de COVID-19. Em diferentes regiões geográficas e contextos culturais, pessoas e grupos frequentemente denominados como «minorias» (apesar

de muitas vezes, constituírem maiorias numéricas), têm desenvolvido ações políticas importantes no sentido de contribuir para uma maior justiça redistributiva e simbólica (Cerqueira et al., 2021).

Os diversos estudos realizados recentemente em contexto escolar (e.g. Macedo et al., 2021) mostram os efeitos persistentes de diferentes tipos de amnésias sociais (e.g. Leone, 2017; Vernet e Butera, 2005) no nosso quotidiano. Tomados no seu conjunto, evidenciam a importância de aprendermos a escutar e contar outras histórias. Desconfinar memórias, combater amnésias sociais, dando visibilidade a histórias que estiveram longamente obscurecidas constitui uma forma de ativismo mnemónico, que podemos realizar de diversas formas e em diversos contextos.

Agradecimentos

Este trabalho foi realizado no âmbito do projeto *MigraMediaActs – Migrações, Média e Ativismos em Língua Portuguesa: Descolonizar Paisagens Mediáticas e Imaginar Futuros Alternativos* (ref. PTDC/COM-CSS/3121/2021), financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT). Agradeço à Luiza Lins e à Silvia Roca Baamonde a leitura atenta de uma versão anterior deste texto e as suas sugestões. Agradeço igualmente a todas as pessoas que colaboraram nos diversos estudos mencionados, sem as quais este texto não teria sido possível.

Referências

- ABADIA, Lilia, CABECINHAS, Rosa, MACEDO, Isabel e CUNHA, Luís. (2018). Interwoven migration narratives: identity and social representations in the Lusophone world. *Identities – Global Studies in Culture and Power*, 25(3), 339-357. <https://doi.org/10.1080/1070289X.2016.1244062>
- ADICHIE, Chimamanda Ngozi (2009). *The danger of a single story*. [Vídeo]. Oxford: TED. Recuperado de https://www.ted.com/talks/chimamanda_adichie_the_danger_of_a_single_story?language

- AMÂNCIO, Lígia (2017). Assimetria Simbólica. Breve história de um conceito. Em J. M. Oliveira e L. Amâncio (Eds.), *Genéro e Sexualidades - Intersecções e Tangentes* notas (pp.17-36). CIS-IUL: Lisboa.
- ASSMANN, Jan (2008). Communicative and Cultural Memory. In A. Erll e A. Nunning (Eds.), *Media and Cultural Memory. An International and Interdisciplinary Handbook* (pp.109-118). Berlim, Nova Iorque: Walter de Gruyter.
- BACH ARÚS, Marta, ALTÉS RUFÍAS, Elvira, GALLEGO AYALA, Joana, PLUJÁ CALDERÓN, Marta e PUIG MOLLET, Montserrat (2000). *El sexo de la noticia: Reflexiones sobre el género en la información y recomendaciones de estilo*. Barcelona: Icaria.
- BOBOWIK, Magdalena, VALENTIM, Joaquim Pires e LICATA, Laurent. (2018). Introduction to the Special Issue: Colonial past and intercultural relations. *International Journal of Intercultural Relations*, 62, 1-12.
- BRASIL, Julia Alves e CABECINHAS, Rosa (2017). Social Representations of Latin American History and (Post)Colonial Relations in Brazil, Chile and Mexico. *Journal of Social and Political Psychology*, 5(2), 537-557. doi: 10.5964/jspp.v5i2.701
- CABECINHAS, Rosa (2018). Quem quer ser apagada? Memória coletiva e assimetria simbólica. Em C. Nogueira e J.M. Oliveira (Eds.), *Lígia Amâncio: o género como ação sobre o mundo* (pp.113-132). CIS-IUL. <http://hdl.handle.net/1822/58927>
- CABECINHAS, Rosa (2019). Luso(A)fonias. Memórias cruzadas sobre o colonialismo português. *Estudos Ibero-Americanos*, 45(2), 16-25. <http://hdl.handle.net/1822/60989>
- CABECINHAS, Rosa e BRASIL, Julia Alves (2019) Social Representations of History in the Global South: Remembering the colonial past from the margins. Em S. Seidmann e N. Pievi (Eds.) *Identidades y conflictos sociales. Aportes y desafíos de la investigación sobre representaciones sociales* (pp. 489-518). Ed. de Belgrano. <http://hdl.handle.net/1822/61833>
- CABECINHAS, Rosa e BARROS, Miguel de (2022). Produção de Conhecimento, Reparação Histórica e Construção de Futuros Alternativos. Entrevista Com Miguel de Barros. *Comunicação e Sociedade*, 41, 243-258. [https://doi.org/10.17231/comsoc.41\(2022\).3719](https://doi.org/10.17231/comsoc.41(2022).3719)

- CABECINHAS, Rosa, LIMA, Marcus E. O. e CHAVES, António M. (2006). Identidades nacionais e memória social: Hegemonia e polémica nas representações sociais da história. Em J. Miranda, e M. I. João (Eds.), *Identidades nacionais em debate* (pp.67-92). Oeiras: Celta.
- CABECINHAS, Rosa, LIU, James H., LICATA, Lauren, KLEIN, Olivier, MENDES, Júlio, FEIJÓ, João e NIYUBAHWE, Aline (2011). Hope in Africa? Social representations of world history and the future in six African countries. *International Journal of Psychology*, 46(5), 354-367. doi: 10.1080/00207594.2011.560268.
- CABECINHAS, Rosa, MACEDO, Isabel e MACEDO, Lurdes (2018). Cyberspace and Cultural Memory: Case Studies in Brazil, Mozambique and Portugal. Em A. S. A. Cunha; M. Barros e R. Martins (Eds.), «Hispano-Lusophone» *Community Media: Identity, Cultural, Politics and Difference* (pp.88-106). Barcelona: InCom-UAB Publicacions. <http://hdl.handle.net/1822/59877>
- CARDINA, Miguel (2016). Memórias amnésicas? Nação, discurso político e representações do passado colonial. *Configurações: Revista de sociologia*, 17, 31-42. doi: 10.4000/configuracoes.3281
- CAREY, James W. (1988). *Communication as Culture: Essays on Media and Society*. Nova Iorque: Routledge.
- CARLI, Linda L. e EAGLY, Alice H. (2016). Women face a labyrinth: An examination of metaphors for women leaders. *Gender in Management: An International Journal*. <https://doi.org/10.1108/GM-02-2015-0007>
- CERQUEIRA, Carla, SANTOS, Maria Helena e FILICE, Renísia Garcia (2021). Desigualdades sociais e medidas de ação afirmativa: entre avanços, resistências, incompreensões e novos desafios. *Ex aequo*, 44, 9-17. doi: <https://10.22355/exaequo.2021.44.02>
- CRENSHAW, Kimberle (1991). Mapping the Margins: Intersectionality, Identity, Politics and Violence Against Women of Color. *Stanford Law Review*, 43, 1241-99.
- CUPATA, Jacob Lussento (2022). *Representações sociais da história de África no sistema de ensino angolano*. Doutoramento em Estudos Culturais. Universidade do Minho.
- CURTO, Diogo Ramada (2021, 7 de julho). Guerras culturais e memória do império. *Luxemburger Wort*. <https://www.wort.lu/pt/sociedade/guerras-culturais-e-mem-ria-do-imperio-60ee9d3ade135b9236f2dbfc>

- DAVIS, Angela (2015/2020). *A Liberdade é uma Luta Constante: Ferguson, Palestina e as Bases de um Movimento*. Antígona.
- ERLL, Astrid (2011). *Memory in Culture*. Palgrave Macmillan.
- FANIKO, Klea, ELLEMERS, Naomi, DERKS, Belle e LORENZI-CIOLDI, Fabio (2017). Nothing Changes, Really: Why Women Who Break Through the Glass Ceiling End Up Reinforcing It. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 43(5), 638-651.
- FEIJÓ, João e CABECINHAS, Rosa (2009). Representações da história de Moçambique por parte de estudantes universitários de Maputo. *Anuário Internacional de Comunicação Lusófona*, 7, 37-52.
- HEGARTY, Peter e KLEIN, Olivier (2017). Historical cognition's dilemmas: Introduction to the special issue—recent advances in historical cognition. *Memory Studies*, 10(3), 243-248. doi: 10.1177/1750698017701598
- HILTON, Denis e LIU, James H. (2017). History as the narrative of a people: From function to structure and content. *Memory Studies*, 10(3), 297-309. doi: 10.1177/1750698017701612
- KLEIN, Olivier (2013). The lay historian: how ordinary people think about history. Em R. Cabecinhas e L. Abadia (Eds.) *Narratives and Social Memory: Theoretical and Methodological Approaches* (pp. 25-45). CECS- Publicações.
- KULICH, Clara, IACOVIELLO, Vincenzo e LORENZI-CIOLDI, Fabio (2015). Solving the crisis: When agency is the preferred leadership for implementing change. *The Leadership Quarterly*, 29, 295-308. <http://dx.doi.org/10.1016/j.leaqua.2017.05.003>
- LARRONDO URETA, Ainara e ORBEGOZO TERRADILLOS, Julen (2021). Hashtivism's potentials for mainstreaming feminism in politics: the Red Lips Revolution transmedia narrative. *Feminist Media Studies*. <https://doi.org/10.1080/14680777.2021.1879197>
- LEONE, Giovanna (2017). When History Teaching Turns into Parrhesia: The Case of Italian Colonial Crimes. Em C. Psaltis, M. Carretero e S. Čehajić-Clancy (Eds.), *History Education and Conflict Transformation*. Social Psychological Theories, History Teaching and Reconciliation (pp.147-167). doi 10.1007/978-3-319-54681-0_6
- LEVI, Primo (2011). *O dever de memória*. Cotovia.
- LIU, James H. e HILTON, Denis (2005). How the past weighs on the present: Towards a social psychology of histories. *British Journal of Social Psychology*, 44, 537-556.
- LIU, James H. (2022). *Collective Remembering and the Making of Political Culture*. Cambridge University Press.
- LIU, James H., GOLDSTEIN-HAWES, Rebekah, HILTON, Denis J., HUANG, Li-Li, GASTARDO-CONACO, Cecilia, DRESLER-HAWKE, Emma, PITTOLO, Florence, HONG, Ying-Yi, ABRAHAM, Sheela, KASHIMA, Yoshihisa, KASHIMA, Emiko, OHASHI, Megumi M., YUKI, Masaki e HIDAKA, Yukako. (2005). Social representations of events and people in world history across twelve cultures. *Journal of Cross Cultural Psychology*, 36, 171-191.
- LIU, James H., PÁEZ, Dario, SLAWUTA, Patrycja, CABECINHAS, Rosa, Techio, Elza, KOKDEMIR, Dogan, SEN, Ragini, VINCZE, Orsolya, MÜLUK, Hamdi, WANG, Feixue e ZLOBINA, Anya (2009). Representing world history in the 21st Century: The impact of 9-11, the Iraq War, and the nation-state on dynamics of collective remembering. *Journal of Cross-Cultural Psychology*, 40, 667-692.
- LOBO, Paula e CABECINHAS, Rosa (2010). The Negotiation of Meanings in the Evening News: Towards an Understanding of Gender Disadvantages in the Access to the Public Debate. *International Communication Gazette*, 72 (4-5), 339-358.
- LOBO, Paula, SILVEIRINHA, Maria João, TORRES DA SILVA, Marisa e SUBTIL, Filipa. (2017). «In Journalism we are all men». Material voices in the production of gender meanings. *Journalism Studies*, 18 (9), 1148-1166.
- MACEDO, Isabel, CABECINHAS, Rosa e MACEDO, Lurdes. (2013). (Post)-conflict Memories and Identity Narratives in the Documentary Series I Am Africa. *Observatorio (OBS*) Journal*, 7(3), 115-127.
- MACEDO, Isabel, CABECINHAS, Rosa e BALBÉ, Alice (2021) Cinema, interculturalidade e transformação social. In Caderno Micar - *Contributos para a 8ª edição da Mostra Internacional de Cinema Anti-racista*. (pp.10-16). Movimento SOS Racismo. <http://hdl.handle.net/1822/74823>
- MARTINS, Moisés de Lemos (2015). *Lusofonia e interculturalidade - Promessa e travessia*. Húmus/Universidade do Minho - Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade.

- MENDES, Júlio, SILVA, Eugénio, e CABECINHAS, Rosa (2010). Memória colectiva e identidade nacional: Jovens angolanos face à História de Angola. *Anuário Internacional de Comunicação Lusófona*, 8, 206-221.
- NORA, Pierre (1989). Between Memory and History: Les lieux de mémoire. *Representations*, 26, 7-24.
- PÁEZ, Darío, BOBOWIK, Magdalena, DE GUISSMÉ, Laura, LIU, James H. e LICATA, Laurent (2016). Mémoire collective et représentations sociales de l'Histoire. Em G. Lo Monaco, S. Delouée, e P. Rateu (Eds.), *Les représentations sociales: Théories, méthodes et applications* (pp. 539-552). Brussels, Belgium: De Boeck.
- PENNEBAKER, James W., PÁEZ, Darío, DESCHAMPS, Jean-Claude., RENTFROW, Jason, DAVIS, Matthew, TECHIO, Elza, SLAWUTA, Patricia, ZLOBINA, Anya e ZUBIETA, Elena. (2006). The social psychology of history: Defining the most important events of world history. *Psicología Política*, 32, 15-32.
- PEREIRA, Ana Cristina, MACEDO, Isabel, e CABECINHAS, Rosa (2019). Lisboa africana no cinema: conversas sobre Li ké terra e Cavalo Dinheiro em sala de aula. *Revista Lusófona de Estudos Culturais*, 6(1), 115-134.
- RICOEUR, Paul (2000). *La Mémoire, l'Histoire, l'Oubli*. Seuil.
- ROTHBERG, Michael. (2009). *Multidirectional memory: remembering the holocaust in the age of decolonization*. Stanford: Stanford University Press.
- SANTOS, Anabela, CERQUEIRA, Carla e CABECINHAS, Rosa (2022). «Challenging it softly»: a feminist inquiry into gender in the news media context. *Feminist media studies*, 22(1), 66-82 <https://doi.org/10.1080/14680777.2018.1465445>
- SOUSA, Vítor de, KHAN, Sheila e PEREIRA, Pedro Schact (2022). *A Restituição Cultural Como Dever de Memória*. *Comunicação e Sociedade*, 41, 11-22.
- TUCHMAN, Gaye (1978). Introduction: The Symbolic Annihilation of Women by the Mass Media. Em G. Tuchman, A. K. Daniels e J. Benet (Eds.), *Hearth and Home: Images of Women in the Mass Media* (pp. 3-38). New York: Oxford University Press.
- VERNET, Jean-Pierre e BUTERA, Fabrizio (2005). Women, women's rights and feminist movements. *Social Science Information*, 44(1), 175-188. Doi: 10.1177/0539018405050465
- WINTER, Jay (2010). Thinking about silence. In E. Ben-Ze'ev, R. Ginio e J. Winter (Orgs.), *Shadows of war: a social history of silence in the twentieth century* (pp. 3-31). Cambridge: Cambridge University Press.
- ZAROMB, Franklin M., LIU, James H., PÁEZ, Darío, HANKE, Katja, PUTNAM, Adam L. e ROEDIGER III, Henry L. (2018). We Made History: Citizens of 35 Countries Overestimate Their Nation's Role in World History. *Journal of Applied Research in Memory and Cognition*, 7(4), 521-528. <https://doi.org/10.1016/j.jarmac.2018.05.006>